



**INSTITUTO DE HUMANIDADES**  
**BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**ALDAIR FRANCISCO CHERNO**

**PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NO PROCESSO POLÍTICO E DEMOCRÁTICO**  
**NA GUINÉ BISSAU (2014-2022)**

**ACARAPE-CE**  
**2023**

**ALDAIR FRANCISCO CHERNO**

**PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NO PROCESSO POLÍTICO E DEMOCRÁTICO  
NA GUINÉ BISSAU (2014-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em formato de projeto de pesquisa do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

**ORIENTADOR:** Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

**ACARAPE-CE  
2023**

**ALDAIR FRANCISCO CHERNO**

**PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NO PROCESSO POLÍTICO E DEMOCRÁTICO  
NA GUINÉ BISSAU (2014-2022)**

Trabalho de Conclusão do Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em..... de novembro de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador e presidente: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

---

Examinador Interno: Prof. Dr.....  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

---

Examinador Externo: Prof.....  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>CEDEAO</b>	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
<b>CTM</b>	Centro de Treinamento Militar
<b>EMFA</b>	Estado Maior da Força Aérea
<b>EMG</b>	Estado Maior General
<b>FA</b>	Forças Armadas
<b>FARP</b>	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
<b>HMFA</b>	Hospital Militar da Força Aérea
<b>HMP</b>	Hospital Militar Principal
<b>MADEM</b>	Movimento para a Alternância Democrática
<b>PA</b>	Polícia Aérea
<b>PAIGC</b>	Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde
<b>PP</b>	Partidos Políticos
<b>PRS</b>	Partido de Renovação Social
<b>RDM</b>	Regulamento da Disciplina Militar
<b>UA</b>	União Africana

## SUMÁRIO

1- APRESENTAÇÃO .....	6
2-JUSTIFICATIVA .....	9
3-DELIMITAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO .....	11
4-OBJETIVOS .....	12
4.1 Objetivo Geral.....	12
4.2 Objetivos Específicos .....	12
5-HIPÓTESE.....	12
6-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
6.1 ASPECTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS SOBRE AS FORÇAS ARMADAS E SUAS CARACTERIZAÇÕES NO CONTEXTO DA GUINÉ-BISSAU .....	13
6.2 FORÇAS ARMADAS E PARTIDOS POLÍTICOS COMO ATORES NA INCONSTITUCIONALIDADE GUINEENSE: GOLPES E CONTRAGOLPE .....	15
6.3 AS FORÇAS ARMADAS COMO ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS POLÍTICAS NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA GUINEENSE.....	19
7-METODOLOGIA.....	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	25

## 1-APRESENTAÇÃO

A Guiné-Bissau é um país africano, com uma superfície total de 36.125 quilômetros quadrado, faz a fronteira com Senegal ao Norte e ao leste e Sul com a Guiné-Conacri e Oeste com Oceano Atlântico. Segundo Djaló (2020), o país conta com uma população estimada em 1,6 milhão, tem como língua oficial portuguesa, que é falada por uma porcentagem pequena da população e grande número dos guineenses falam crioulo e as outras línguas dos diferentes grupos étnicos como: Mandingas, Mandjacus, Bidjugus, Balantas, Pepélis, Mancanhis, Fulupes, Biafadas, Fulas<sup>1</sup>, etc. Em termos geográficos a Guiné-Bissau está dividida em três províncias, Norte, Leste e Sul, e subdividido em oito regiões (Quínara, Tombali, Bolama, Cacheu, Oio, Biombo, Bafatá e Gabú) e Bissau que é setor autónomo, e também é a capital política do país. Guiné-Bissau, sendo uma antiga colónia portuguesa que conquistou a sua independência em 1973, depois de muitos anos de luta armada para a libertação nacional, reconhecido por Portugal só em 1974.

Após a independência, a Guiné-Bissau vivenciou um período de regime de partido único onde o Estado era centralmente planificado de orientação socialista, e logo nos primeiros anos da sua independência foi atropelado por um golpe de Estado em 1980. No início dos anos 1990 do século passado o país aderiu ao multipartidarismo e ao regime democrático. Entretanto, de lá para cá, principalmente nos finais dos anos 90 do século passado aos dias atuais (2023), têm sido marcados por instabilidades político-militares, golpe de Estado, nos quais, nenhum governo eleito conseguiu terminar o mandato, Lopes (2011), enfatiza que é necessário as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), enquadrando-a dentro das funções que lhes são atribuídas pela Constituição da República da Guiné-Bissau e da Lei da Defesa Nacional, não a sua atuação fora destas normas.

Pensando nessa lógica, pretende-se com esse estudo observar que as Forças Armadas distanciando-se da interferência política, enquanto existe lei que orienta a sua conduta e as intervenções na sua carreira, mas com tudo isso se nota que, este país africano, conhecido por outros países, das suas constantes instabilidades político desde o seu surgimento como Estado independente, nas últimas duas décadas do século XXI, a Guiné-Bissau tem vivenciado

---

<sup>1</sup> A Guiné-Bissau, é um país da diversidade cultural, tem várias etnias com diferentes línguas faladas, só que os nomes conhecidos por nativos como correto é diferente do que as pessoas chamam hoje, pode ser entendido a perda da diversidade, porque são nomes étnicos não portugueses. Mas tudo se entende como consequência da colonização. Ex: em vez de Manjaco, seria (Mandjacu), no caso de Bijagós, seria (Bidjugus), em vez de Papéis, (Pepélis), assim como no caso de Mancanhas, seria (Mancanhis), Felupes,( Fulupes), Beafadas, (Biafadas).

instabilidade política e social, como: dificuldades na formação do governo saídos das eleições, disputas de poder e competências nos cargos executivos, assassinatos de figuras públicas, como políticos, militares de altas patentes. “Os discursos de Amílcar Cabral evidenciaram a ideia de que as Forças Armadas eram fundamentais para a libertação e segurança territorial da Guiné- Bissau, mas não para tomar decisões sobre o destino do país” (CORDEIRO, 2012, p. 4). Segundo (DJALÓ, 2020), as Forças Armadas quanto mais se aproximam dos políticos vão estar mais próximos de serem mobilizados para entrar nos conflitos, como podemos ver no conflito político militar de 7 de Junho de 1998

Em 1994, se realizou a primeira eleição geral na Guiné-Bissau, o que pode ser considerado oficialmente a entrada no regime democrático. As eleições de 1994 (legislativa e presidencial), ganhas pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) e o seu candidato à presidência da república, João Bernardo Vieira (Nino Vieira), não conseguiram trazer as mudanças socioeconômicas. Após o conflito político militar de 07 de junho de 1998, houve em Guiné-Bissau as segundas eleições gerais (legislativas e presidencial), que aconteceram em 1999, ganhas pelo Partido de Renovação Social (PRS) e seu candidato à presidência da República. Kumba Yalá, subiu ao poder e também sem sucesso e foram derrubados pelo golpe de Estado. Portanto, de 2004 a 2023, todas as eleições legislativas realizadas na Guiné-Bissau foram ganhos pelo PAIGC.

Pode-se notar que esse histórico poderia servir de lição para se melhorar a atual situação política que se vive até então na Guiné -Bissau. Mas até hoje, não houve nenhuma mudança significativa. Para Carvalho, R. (2010, p. 38), ”a rivalidade política toma a forma de confrontação entre grupos políticos rivais sem um projeto viável de nação, a não ser que se posicione politicamente melhor que os outros grupos para gerir a coisa pública no complexo burocrático herdado da colonização”. Com base nisso, tudo merece pensarmos no que fazer para mudar de vez esse cenário político-militar já acontecido no país, assim para poder deixar as populações tranquilizadas e bem seguras, não só, para poderem ter empregos e o sustento das suas famílias. Quanto ao (SANGREMAN, *et al*, 2006, p.5)

O Artigo 20 alínea 1 da constituição da República demonstra que, as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), instrumento de libertação nacional ao serviço do povo, são a instituição primordial de defesa da Nação. Incumbe-lhes defender a independência, a soberania e a integridade territorial e colaborar estreitamente com os serviços nacionais e específicos na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública.

O debate que se coloca aqui é uma reflexão sobre as Forças Armadas, em relação ao seu papel no processo político democrática no país, pois, este trabalho de pesquisa está sendo<sup>2</sup> feito, para poder estudar de forma mais profunda este fenômeno que é umas das principais transtornos da população guineense.

---

<sup>2</sup> CUMERÉ, é o nome de uma tabanca, onde situa o centro de recrutamento e treinamento militar da Guiné-Bissau.

## 2-JUSTIFICATIVA

As Forças Armadas da Guiné-Bissau desempenharam uma imaginável função ao longo da luta de libertação nacional, com tantas dificuldades conseguiram vencer a luta. Depois da luta de libertação e da independência, os acontecimentos vindouras como: tentativas de golpes e golpes de Estado, “mortes misteriosos”, sucessivos quedas de governo e parlamento até 2022, não resultou em melhoria de qualidade de vida da população, não contribuem para o desenvolvimento progressivo do país, daí, as populações sentem desacreditados nos políticos, que tem administrado o país até os dias atuais, juntamente com as forças da defesa.

Motivei em escolher este tema porque, os anos (2014 a 2022) foram marcantes para mim, porque são momentos políticos que tinha expectativa que tudo ia correr de forma positiva, para libertar o país dos problemas político, econômico e social que se vive desde a conquista da independência na Guiné-Bissau, tanta as eleição presidencial ( ganha por candidato do PAIGC), assim como legislativa ganhas pelo PAIGC. Na presidência da República estava José Mário Vaz, e no governo (o primeiro ministro) Domingos Simões Pereira, ambas da mesa formação política (PAIGC).

Também uma outra parte muito importante da minha motivação é que no ano de 2017 fui para o treinamento militar no Centro de Treinamento Militar (CTM) de CUMERÉ, durante dois meses aprendi muitas regras e convivência daquela sociedade, que era a minha luta para poder ter o acesso às informações das duas partes, Forças Armadas e dos Partidos Políticos para poder melhor desenvolver a minha pesquisa de forma alicerçada. Depois da minha chegada no Estado Maior da Força Aérea (EMFA), trabalhei dois meses no serviço operacional de polícia aérea (PA) e depois fui colocado no meu respetivo lugar, como enfermeiro licenciado no HMFA (Hospital Militar da Força Aérea) ali trabalhei quatro anos, constatei vários problemas como: falta de produção escrita (pesquisa interna), falta de colocação de recursos humanos de acordo com funções, atribuição de patente de acordo com função, militares mais de 15 anos na categoria de soldados com salário 47.900fcfa, falta de isenção das consultas e exames para os militares no próprio denominado hospital militar ect. Um das inquietações também tem a ver com a incorporação que ingressou jovens em diferentes áreas entre os quais, técnicos, pessoal de curso médio, licenciatura e mestrado, que desde 2017 até 2022 com salário de 47.900fcfa, essa situação me levou numa reflexão profunda a luz do contexto, porquê que está acontecer desse jeito? Ex: os enfermeiros militares da incorporação 2017 com o salário mínimo de 47,900fcfa, enquanto colegas Enfermeiros de Ministério de Saúde (civis) com mesmo grau de formação, com seguintes

salários: curso médio aproximadamente 100.000fcfa; curso superior aproximadamente 130.000 cfa de acordo com graus de formação estabelecida pela constituição da república.

Juntado a isso, como profissional estudante, merece pesquisas para assim melhor entender as relações político-militar concernente a um bom caminho do desenvolvimento do país. O tema tem grande relevância para a sociedade guineense, porque apresenta os autores/as que já produziram sobre diferentes aspectos na relação de Forças Armadas com aspectos políticos e democráticos no país.

Nesse sentido, o trabalho irá focar e discutir esse tema, no sentido de entender a relação das Forças Armadas com partidos políticos no processo democrático vigente. Outra parte tem a ver com as questões sociais que não são muito debatidas ainda no país, portanto pode ajudar os leitores a entenderem sobre a democracia e as Forças Armadas no contexto interno assim como externo e poucas informações sobre a importância das políticas internacionais para as Forças Armadas da Guiné-Bissau.

Com isso, o trabalho contribuirá com as futuras pesquisas, políticas sobre reforma no setor da defesa e segurança, além de contribuir no processo político democrático guineense, pois as Forças Armadas num contexto político tem sido visto com maus olhos a nível interna e externa do país devido muitos acontecimentos desagradáveis, entre os quais, pode se citar as constantes interferências no processo político e democrático guineense.

### 3-DELIMITAÇÃO/PROBLEMATIZAÇÃO

As interferências das Forças Armadas guineenses na política, tem sido preocupação da população no país, com base nisso, o projeto de pesquisa está delimitado entre os período do ano (2014 á 2022). Por conta das ingerências militar de forma direta ou indireta na política, que se deu nas várias tentativas dos golpes, e golpes de estado nos tempos atrás na história da política guineense, e as suas contribuições no fortalecimento do processo político da democracia na Guiné-Bissau. Para o referido trabalho esses anos delimitados são marcantes no contexto político da Guiné-Bissau e também pela minha experiência nas Forças Armadas como enfermeiro militar.

Alicerçando nisso, podemos nos inquietar sobre algumas questões: o que faz com que os militares se aproximem dos políticos, ou vice versa no sentido de se os levarem nas tentativas dos golpes de Estado? Essas situações merecem ser questionadas, se os políticos que não estão preparados ou os militares? É o estado da pobreza por parte da classe castrense que se dá tantas facilidades em lhes convencerem para interferir na política? Pois por outro lado, como falado anteriormente, a classe castrense vive ainda com o salário mínimo de 47,900fcfa, nessa situação se encontram também militares formados com graus de médio e licenciatura.

O país desde muitos anos atrás, principalmente nestes anos delimitados se deparou com muitos problemas, como a queda de governo de uma forma simultâneo e as disputas entre os partidos políticos e ainda entre os presidentes e primeiros ministros, que pode ser considerada também como umas das situações que originou atraso no desenvolvimento do país, que se dá na falta de realização das reformas (político, administrativo e do setor de defesa e segurança) que podia servir de resolução de problemas de controlo na função pública. Mas, quais são os motivos de não realização da reforma no sector da defesa nacional? Como é que os novos ingressos nas fileiras das Forças Armadas, vão conseguir desempenhar suas funções nas próprias áreas? Se fosse realizado, a situação seria outra nesse momento? Porque no ano 2017 que o Estado guineense conseguiu realizar recrutamento militar, depois de último feito no ano 2013, e a partir de 2019 a sociedade castrense (militar) tem grossos números de militares nos diferentes países para bolsas de estudos (especializações, formações médios e superiores) em diferentes áreas,

Portanto, essas inquietações nos levarão a perceber a importância de Forças Armadas no contexto político e democrático como garantidor da soberania e da paz, e harmonia entre os poderes para que o país tenha um desenvolvimento inclusivo e sustentável, sem

instabilidade político e governativa através de quedas de governos, parlamento e golpes do Estado.

#### **4-OBJETIVOS**

##### **4.1 Objetivo Geral**

- Compreender o papel das Forças Armadas no processo político democrático na Guiné Bissau (2014-20240)

##### **4.2 Objetivos Específicos**

- Analisar as contribuições ou não das Forças Armadas no processo de fortalecimento institucional e político da democracia na Guiné-Bissau;
- Entender até que ponto as Forças Armadas contribuem para o melhor cumprimento da constituição da República na Guiné Bissau e seu fortalecimento institucional;
- Compreender os motivos pelas quais a classe política guineense e classe castrense tem participado ativamente nas rupturas institucionais;
- Estudar as Forças Armadas e os partidos políticos como atores chaves na inconstitucionalidade da Guiné-Bissau.

#### **5- HIPÓTESE**

H<sup>1</sup> - As Forças Armadas não têm cumprido o seu papel constitucional na Guiné Bissau por falta da organização por parte dos governos, que também não cumprem seu dever para poder exigir.

H<sup>2</sup> - As Forças Armadas da Guiné Bissau são facilmente mobilizadas pela classe política para as interferências na política.

## 6- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os debates teóricos que vão compor essa fundamentação teórica, fundamenta basicamente nos assuntos políticos, militares e sociais da Guiné-Bissau.

No que tange a esse assunto, é importante frisar que, esta pesquisa vai desenvolver três tópicos respetivamente: Uma abordagem teórica conceitual sobre as Forças Armadas e suas caracterizações no contexto da Guiné-Bissau - Forças Armadas e partidos políticos como atores na inconstitucionalidade Guineense: golpes e contragolpes - as Forças Armadas como estratégias e perspectivas políticas na definição da política guineense.

### 6.1 -ASPECTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS SOBRE AS FORÇAS ARMADAS E SUAS CARACTERIZAÇÕES NO CONTEXTO DA GUINÉ-BISSAU

Nesta seção, desenvolve-se os aspectos teóricos e conceituais sobre as Forças Armadas, que os autores vêm debatendo ao decorrer da temática. É de fundamental relevância que o tema vem apresentando a sociedade, as Forças Armadas e os partidos políticos que, a população merece e precisa viver numa tranquilidade política e militar, e pensar nas estratégias políticas para uma possível solução. As Forças Armadas de Guiné-Bissau como instituição na qual as pessoas lidam com armas, pensando nos casos de golpes de estado, o Sidique (2020), define as Forças Armadas de uma nação como os que constituem o conjunto das suas organizações e forças de combate e de defesa. Dependendo do país, as Forças Armadas podem adotar designações oficiais alternativas como forças de autodefesa, forças militares ou “exércitos”. Na grande maioria dos países, as Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, geralmente sob a autoridade direta do ministro da Defesa ou equivalente e sob autoridade suprema do chefe de Estado ou de governo, dependendo do regime político. Para Lucas (2020, p. 13),

a defesa nacional é definida como um conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. Explorar conjuntamente o espaço, através do uso de satélites para coleta de dados que suportem pesquisas científicas também é um redutor de tensões, mas obter o controle das órbitas de interesse e dos canais de comunicação é fundamental para que possamos obter vantagem em relação aos vizinhos.

Assim, dá para considerar como finalidade precípua das Forças Armadas a defesa da pátria, por defesa da pátria, entende-se o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais. Carvalho, R. (2010, p. 36), afirma que,

desde a época das independências na África, em que há uma tendência de instalação de regimes autoritários mediante golpe de estado, o que significa a repressão da democracia pela via dos regimes militares instalados, que passam a fazer parte do dia a dia dos seus cidadãos, contribuindo para a criação de uma situação social crítica. Sob a fachada da democracia, mantém-se, ainda, os regimes autoritários.

Isso explica a realidade que se vive na Guiné-Bissau, em que o papel da defesa não é visto como deve ser, porque, além da defesa da pátria, As Forças Armadas desempenha outras funções na democracia, tais como: defesa dos poderes Constituintes, que são os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dessa forma, Barroso apresenta que,

por conseguinte, a capacidade para estabilizar e reconstruir pode ser determinante na eficácia do emprego de forças militares, nomeadamente para levar a cabo tarefas primárias (ou atividades) no âmbito da segurança, justiça e reconciliação, assistência humanitária, apoio à governação e estabilização económica (BARROS, 2010, p. 2).

Embora a capacidade da construção no que tem a ver com o papel das Forças Armadas, se deve ao fato de o governo guineense não conseguir assumir seu papel e cumprir com seus deveres para assim poder exigir as Forças num bom cumprimento das obrigações. Martins, (1979), enfatiza que, também o facto de o serviço nas Forças Armadas de fazer exigências de sacrifício pessoal que vão até a obrigatoriedade de assumir voluntariamente o risco de perder a própria vida ou o de aceitar uma disponibilidade quase total da sua própria pessoa, se enquadra mal na ideia de uma profissão como outras. As Forças Armadas da Guiné-Bissau na verdade é conhecida antigamente como grande força na era colonial, todos os acontecimentos eram sacrifícios.

E com todos os sacrifícios que os militares passam, refletindo sobre o historial após a independência segundo Cordeiro (2012) a lógica da relação civil-militar passa apenas pelo uso das Forças Armadas pelos próprios civis como um meio de chegar ao poder. Mesmo sem preparação política e sem amor pelo povo, os militares derrubam os governantes em exercício administrativo e voltam ao quartel, deixando o poder para outro governo de transição, com prerrogativas de supervisionarem o andamento democrático e defenderem a legalidade.

Barroso, (2010), propõe que, para se poder perspectivar o papel do instrumento militar na resolução daquela equação, é necessário que se clarifique o significado de Estado

fragilizado. Os militares percebem bem os aspetos relacionados com a defesa, no sentido estrito, mas não estão tão habituados a lidar com os aspetos que se relacionam com o bom funcionamento das instituições políticas e com o desenvolvimento económico. Carvalho, R. (2010), demonstra que a transformação democrática aparece como um conceito abstrato e longe da realidade local, oferecendo pouca possibilidade para entender que uma visceral transformação está acontecendo presentemente no continente africano. Então, a transformação da democracia africana, nesse caso, só virá a ocorrer quando as pessoas comuns rejeitam a lógica da política personalista, questionarem a legitimidade da presente instrumentalização da política de desordem, e lutarem por novas formas de exigir respostas políticas que acarretem mudanças substanciais.

“As Forças Armadas terão de assumir um papel cultural que sintetize e acentue o que de mais essencial existe na identidade cultural da nação como um todo” (MARTINS, 1979, p. 26). Com base nas questões que explica os assuntos militares no país, pensando em democracia, Cordeiro (2012) afirma que, em grosso modo, o que evidencia o militarismo na Guiné-Bissau é que as Forças Armadas usufruem das altas prerrogativas no que se refere à manutenção da ordem democrática, à segurança interna, à garantia constitucional, às decisões políticas, às dotações orçamentárias, às promoções dos patentes, às seguranças da presidência e dos Ministérios, às nomeações do presidente e ministros oriundos dos conflitos políticos armados, entre outras prerrogativas, ou seja, é a própria militarização da segurança pública que justifica o militarismo na Guiné-Bissau.

“A resposta a esta indagação é simples, a Guiné- Bissau é um Estado de não Direito, porquanto não estão garantidos os direitos à vida, à integridade física dos cidadãos, à justiça, à liberdade e à segurança, senão pela Constituição”(GOMES, 2016, p.7). Deste modo, analisando os debates dos autores acerca do assunto, se entende que as Forças Armadas da Guiné-Bissau precisam de uma reorganização, e aproximar da população, não só, também proporcionar debates nos assuntos sócio-militar.

## 6.2 -FORÇAS ARMADAS E PARTIDOS POLÍTICOS COMO ATORES NA INCONSTITUCIONALIDADE GUINEENSE: GOLPES E CONTRAGOLPE

O Aspecto de Constitucionalidade ou inconstitucionalidade na Guiné-Bissau deve ser visto em primeiro lugar para a constituição da república, e pensar na democracia que a constituição incorpora como via legal de fazer política representativa, com base nisto, que o Touraine et al (1995), orienta que, a democracia não pode existir sem ser representativa,

portanto sem que a escolha entre vários governantes corresponda a defesa de interesses e de opiniões coletivas. Para que a democracia seja representativa, certamente é preciso que a eleição dos governantes seja livre, mas é preciso também que os interesses sociais sejam representativos, que eles tenham também uma certa prioridade em relação às escolhas políticas.

Para o Sander (2008, p. 25),

de fato, a heterogeneidade dos interesses em conflito na arena política, que aumentava à medida que se expandia o sufrágio, obrigou que se concebessem mecanismos capazes de dar-lhes vazão de maneira organizada, seguindo certas regras, de modo que soluções pacificadoras do conflito pudessem ser alcançadas sem ameaçar a integridade do corpo político.

Desse modo, para Dahl (2004, p. 50) “a democracia proporciona oportunidades para: 1. Participação efetiva, 2. Igualdade de voto, 3. Aquisição de entendimento esclarecido, 4. Exercer o controle definitivo do planejamento, 5. Inclusão dos adultos”. Em procura de solução a respeito do descumprimento por parte dos políticos e militares que o Sander, (2008 p. 31), ressalta que, “é evidente que, se o consenso político mínimo for rompido e as forças políticas relevantes abandonarem o compromisso com os valores democráticos, não serão os mecanismos formais previstos em uma ordem jurídica deslegitimada que impedirão sua derrocada”.

No que concerne às atuações das Forças Armadas nos assuntos positivos que tem a ver com a conquista da independência de expulsar invasores do território da Guiné-Bissau, e que depois culminou nos atos inconstitucionais e antidemocrático, como as interferências na política, o Lopes (2010) afirma que, a primeira razão de fundo, prende-se com o facto de ser um país que conquistou a sua independência com mérito, através duma honrosa luta armada dos combatentes patriotas e que merecem ser reconhecidas devido a luta que durou 11 (onze) anos, conduzida pelo PAIGC, mas que se mergulhou logo de seguida em golpes e contragolpes, com os mesmos homens que lutaram lado a-lado para a conquista da independência. De acordo com Munanga ( *apud* Carvalho 2010, p.38),

a natureza do sistema de estado herdado da colonização constitui o coração dos conflitos. O estado contemporâneo africano é tido como lugar de enriquecimento e como monopólio da verdade. Na medida em que todas as riquezas essenciais transitam pelo estado (contrabando, contratos, licenças, capacidades de desvio e fraude, narcotráfico etc.), os sucessos sociais supõem então o acesso à burocracia estatal.

Em face do cenário, Eduardo (2013, p. 322), explica que “os partidos políticos deveriam agregar os interesses da sociedade, mas não é isso que vem ocorrendo. Pelo

contrário, o desencanto com os partidos têm se expandido, sendo alvo de inúmeras críticas. Eles têm experimentado baixo prestígio junto à população”. E porquê que os militares em vez de pensar no seu papel, colaborando com o poder judicial lutando contra os atos ilícitos preferem aceitar assumindo o compromisso com o político? E por outro lado, como podemos relacionar a justiça perante esta situação? Então, todos esses pontos delineados precisam ser pensados e melhorados, porque é dever do governo criar condições para as suas forças para assim poder também exigir de forma rigorosa as movimentações a atuação militar no país.

Nesta mesma senda que o Lopes (2010), destaca que é imprescindível que os militares guineenses percebam que poderão ser mais úteis e contribuem melhor para a estabilidade do país cumprindo com as suas funções, deixando a política para os políticos, porque em democracia são os políticos que devem fazer política e governar o país. Um dos principais obstáculos que a Guiné - Bissau enfrenta para o processo de consolidação democrática, é a colaboração com o sistema de justiça, principalmente da classe castrense e da constituição da república. Que Mbundé (2017, p.44), aponta que, “sendo assim, fica menos claro que o normal e sólido funcionamento da democracia depende de tipos de configuração, estruturação, comportamento, articulações e atuações dos partidos políticos”. “A lei deve ser a mesma para todos; qualquer especialidade ou prerrogativa que não for fundada só e unicamente em uma razão muito valiosa do bem público será uma injustiça e poderá ser uma tirania” (MELO, 1978, p. 18).

Contudo, entende que a constituição de Guiné- Bissau serve de orientação, mas não está sendo cumprida. A justiça guineense assim como as Forças de defesa e segurança não estão assumindo seu papel para o bem público. “O referido círculo vicioso de instabilidade política é decorrente de golpes de Estado e, sobretudo, de destituição de governos através da criação/fabricação de novas maiorias e minorias parlamentares” (MBUNDÉ 2017, p. 45).

Sander, (2008 p. 24), aponta que,

a representação é aqui entendida no sentido de que o representante atua em nome de toda nação, não estando, portanto, vinculado ao grupo que o elegeu. Dessa feita, tem-se uma visão hostil aos partidos políticos, vistos como órgãos de facção na defesa de interesses particularizados políticos.

O questão da inconstitucionalidade na Guiné-Bissau, que origina na instabilidade político econômico social, tem sido a preocupação dos autores/as guineenses ao longo do tempo, á vista disso que Costa ( 2019 ), fundamenta que, as crises começam sempre depois das eleições através das lutas para conseguir pastas governamentais, a verdade é que se o PAIGC não está no poder e o PRS está, então o PAIGC consegue criar um momento de crise quer no país quer também dentro do PRS como aconteceu em 2003, que culminou com um

golpe de Estado. Se o PRS não está no poder e o PAIGC está, então o PRS provoca também uma crise no país. No entanto, quando o PAIGC está no poder, algumas alas dentro do próprio partido vão também estar insatisfeitas com a liderança e irão criar crises internas, que acabam por transbordar para nível nacional, como aconteceu com os 15 deputados do PAIGC, expulsos do partido em 2015, que criaram em 2018 o MADEM G-15, (Movimento para a Alternância Democrática).

Para relacionar o assunto e ajudar no melhor entendimento, ou seja, a confirmação a respeito do assunto em destaque, a autora, questionou,

há ou não uma falta de liderança no país? Evidentemente que há. Esse é um grande vazio que é necessário preencher urgentemente. Mas, a liderança não é um ato gratuito: quero, posso e mando. Para mandar e ser reconhecido como tal é preciso ter autoridade e legitimidade para isso. O indivíduo que aspira a um lugar desses deve ser também ímpoluto e moralmente acima de quaisquer suspeitas (CARVALHO C. *et al* 2014 p. 144).

A situação político-democrático na Guiné-Bissau, tem sido uma grande preocupação a população por falta de cumprimento da Constituição da República, em que a justiça deveria ser o juiz para o seu pleno funcionalidade, nesta mesma perspectiva que Soares (2013) clarifica que, o sistema multipartidário ainda não se conseguiu resolver a questão da independência da justiça, apesar de tímidas mudanças neste setor. O setor da justiça enfrenta os mesmos desafios que podemos observar no setor militar ou de segurança, ou seja, a adequação ao contexto democrático e o fortalecimento do princípio da separação dos poderes. Relacionando a intervenção dos dois atores em conflito, Forças Armadas e Partidos Políticos na inconstitucionalidade no país, segundo Costa, (2019, p. 23 ),

é difícil tirar as Forças Armadas da esfera política na Guiné Bissau, porque ao contrário de outros países, onde o Estado é que cria as suas Forças Armadas, no caso da Guiné-Bissau as Forças Armadas é que criaram o Estado Guineense: depois da independência passou a ter um Estado militarizado fruto de 11 anos da luta contra o colonialismo Português. Em conjunto com os acontecimentos políticos e sociais ocorridos desde a sua independência, fica clara a grande falta de responsabilização que vai alimentando a promiscuidade e dificultando a desvinculação do poder militar da política.

Em busca de raiz tronco e membro da situação, o mesmo autor vem apresentando outra pertinente informação através da entrevista feita por parte dos políticos, em que o primeiro entrevistado frisa que, “muitos políticos não encaram o partido como uma instituição da democracia, encaram-nos como uma associação de pequenos grupos de pessoas, que podem de um momento para o outro ganhar o seu ganha-pão; por isso temos um país pequeno com grande número de partidos políticos” ( COSTA, 2019, p. 22 ).

Segundo entendimento do autor essas duas instituições têm constituído graves problemas para o país, pensando na população que acaba sofrendo. Por conta disto que Soares (2013, p. 62) sublinha que,

a fragilidade do Estado constitui, no contexto atual, um terreno disponível para a geopolítica da criminalidade internacional, dando dinheiro a depauperados militares e a umas FA constituem hoje, possivelmente, a única forma de se manter o emprego ou assegurar a sobrevivência. Nestas circunstâncias, o tráfico de droga e o crime organizado têm, na Guiné Bissau e um pouco por toda África ocidental, um local onde é fácil comprar militares, corromper políticos e utilizar o poder para explorar um povo deixado à sua sorte.

A procura de uma solução viável a este problema, o Carvalho R. (2010), propõe que o desafio para o continente Africano principalmente a Guiné- Bissau, implica ainda também construção de instituições fortes e jurídicas que sejam capazes de proteger os direitos humanos e gerar o espaço para um debate político vigoroso e pacífico para garantir um poder descentralizado, em que as populações vão começar exigir seus direitos, os partidos em oposição vão entender qual seu papel enquanto opositor para exigir boa governação. A partir daí, essas populações vão poder garantir escolas com professores bem capacitados e hospitais com equipamentos e medicamentos apropriados.

Com todas as colocações propostas pelos autores/as em detrimento da temática, se entende que as duas partes: a sociedade castrense assim como os partidos políticos devem assumir as suas responsabilidades para poderem dar conta do recado aos problemas propostos no debate, para servirem dos supervisores de parceiros.

### 6.3 -AS FORÇAS ARMADAS COMO ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS POLÍTICAS NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA GUINEENSE

A contribuição das Forças Armadas no fortalecimento político guineense, seria apresentar posições neutras na política e ficar como protetor da constituição da república, das populações e do território, e as suas posições em relação aos partidos políticos deveria ser, apoiar justiça a funcionar de uma forma justa e transparente. Segundo Sangreman, *et al* (2006.p.2), o Artigo 3º “a República da Guiné-Bissau é um Estado de democracia constitucionalmente instituída, fundado na unidade nacional e na efetiva participação popular no desempenho, controle e direção das atividades públicas, e orientada para a construção de uma sociedade livre e justa”. Para o Barros (2011), deve se tomar em consideração a reformulação das políticas do Estado baseado nas premissas ditas tradicionalistas, não se trata

de nenhuma inovação, mas é sim uma chamada de atenção, para o desenvolvimento de uma capacidade de proceder face a uma situação complexa (indivíduo-natureza-espaco-cultura), quer através de questionamentos ou de negociações que, posteriormente, permitirão tomadas de decisão melhores e mais corretas para o melhor cumprimento dos deveres, e de forma estratégica apoiar na construção do país. Nesta ordem de ideia que Cordeiro (2012, p. 11), ressalta que,

a democratização das Forças Armadas implica criar condições para ocupação dos militares através do desenvolvimento das políticas públicas: criação da escola militar profissionalizante, realização frequentes dos seminários, incluindo palestras e mini- cursos com enfoques sobre as questões da cidadania, fidelidade para a lei constitucional, papel das Forças Armadas nas democracias.

Dando importância a ideia do autor, merece refletir na atualidade, que uma intervenção militar só precisa ocorrer de forma legal, por isso é necessário uma intervenção forte na educação militar. Coelho, Menezes (2013), nas suas escritas sobre a política da guerra em maquiavel demonstraram que no pensamento do autor, a política não se resume à guerra, mas a guerra é um assunto da política e está relacionada às escolhas dos homens. Guerras e revoluções têm em comum entre si o fato de serem símbolos da força. No sentido de deixar mais claro essas dinâmicas, para definição da política guineense, Lucas, ( 2020) vem apresentando, que a diplomacia é um campo fundamental para esse tipo de ação, pois ela deve buscar os pontos de convergência e transformá-los em projetos comuns, tornando-os realidade.

Na perspectiva de uma política progressista, o Carvalho, R. ( 2016), escreve que,

o Estado é o ator principal da política internacional contemporânea, a partir do momento em que a política externa, da qual a cooperação internacional é um instrumento, tem interesses estratégicos subjacentes, como: econômicos, políticos, ambientais e ético-humanitários. Por isso, apesar de sua importância, a relação dos países mais desenvolvidos, como os em desenvolvimento, nem sempre desempenhou um papel positivo no apoio ao crescimento e melhor governança dos países beneficiários, levando em consideração os conflitos ideológicos dentro dos organismos internacionais. Também neste âmbito, podemos definir três categorias de análises: natureza, interesse e poder nacional - sendo isso essencial para a compreensão dessa dimensão específica da política internacional, para determinar o progresso satisfatório ou não, e pressões que podem influenciar a ação com os tomadores de decisões.

De acordo com a contribuição do autor em relação aos três pontos, se entende que estes são pertinentíssimos na política internacional, por isso que as Forças Armadas devem começar olhando nas políticas de cooperação e de inovação, apresentando ideias ao governo,

para uma Força Armada contribuidora. Nesta ordem de ideia que para Minayo (1993), é necessário antes pautar nas pesquisas, por isso, salienta que aqueles que acompanham e operam na evolução das idéias e do conhecimento, sabem que a situação atual da investigação científica é urgente: os trabalhos científicos são produzidos a uma taxa sempre crescente, tornando-se constantemente mais difícil acompanhar lado a lado os novos desenvolvimentos, tanto na própria área de interesse específico quanto no âmbito multidisciplinar, independentemente da existência de meios eletrônicos para armazenamento da informação. “É importante identificar quais são as ameaças presentes e potenciais, pois em função delas serão aplicadas medidas para mitigar o risco que elas representam” (LUCAS, 2020 p. 10).

De maneira idêntica que Verschoore (2008, p. 4) enfatiza que “em decorrência da percepção de que a cooperação gera ganhos competitivos para as empresas, governos e entidades privadas ao redor do mundo, instituíram políticas de promoção e apoio de iniciativas de redes”. Em busca da solução, se entende que, as Forças Armadas possam atuar fortemente nessas áreas da engenharia talvez vão diminuir despesas e aumentar ainda rendimento ao Estado guineense.

Sob o mesmo ponto de vista, o Carvalho R. (2016), destaca que os Estados não são apenas transmissão de poder, como pensavam; são, sobretudo, criação de poder e de dinamização da máquina administrativa com instituições que vão moldar o país daquele momento para frente. Porém, uma das formas possíveis de criação de poder está no projeto de construção de uma nação, em que vai ser necessário ter bons acordos pensando nas partes estratégicas e motor para o desenvolvimento.

Pensando na criação de poder e de dinamização da máquina administrativa no país, se percebe que é interessante o governo pensar em organizar de forma muito sério para assim poder ter espaço nas organizações regionais como Comunidade Económica dos Estados de África Ocidental (CEDEAO) e União Africana (UA) para estar na cúpula de tomada das decisões, isso vai ajudar muito o país a aumentar a sua força. Por conta disto, que Jackson, *et al.* (2007) realça que, a interdependência econômica — o alto grau de dependência econômica mútua entre os países — é uma característica impressionante do sistema dos Estados contemporâneos. Por um lado, algumas pessoas consideram tal situação positiva, uma vez que a expansão do mercado global pode gerar um aumento da liberdade e da riqueza, por meio de mais distribuição, especialização, eficiência e produtividade. Já outros teóricos entendem a Interdependência econômica como algo negativo, porque promove a desigualdade ao permitir que países ricos e poderosos, ou com vantagens financeiras e/ou tecnológicas, dominem países pobres e fracos que não detêm tais vantagens.

Nesta mesma linha do pensamento que o Gomes (2016), preocupa-se em esclarecer que, as deficiências materiais do Estado, em controlar todo o espaço territorial (aéreo, marítimo e terrestre), de sua área de soberania, o que tem favorecido actos de “pirataria marítima”(furtos de peixes, mariscos, etc.) por barcos de pescas estrangeiros e o desenvolvimento de uma rota de tráfico de drogas da América Latina para a Europa.

Pensando ainda nas estratégias para um governo e as Forças Armadas, Coelho, e Menezes (2013), vem apresentando nas suas dissertações escrita feita pelo Maquiavel sobre a guerra na convivência humana em que afirma que, a capacidade de se surpreender com os acontecimentos do mundo e a necessidade de examiná-los de forma realista fazem de Maquiavel um escritor profundo e um analista arguto. Passados 500 anos desde a publicação do príncipe, o mundo se surpreende com a atualidade da sua obra. O século XX se caracterizou pela existência de guerras e revoluções e pelo incremento dos meios de violência. o século XXI se anuncia, igualmente, com profundas marcas da violência, apesar de contextos distintos, de outras polarizações, das faces multifacetadas dos conflitos e de uma disposição maior para a coexistência em mundo globalizado. A guerra se constitui em um dos fenômenos sociais mais complexos, por suas características e desdobramentos, de algum modo, esteve sempre presente na história das civilizações, por motivos diversos: como fenômeno fundador de um povo ou Estado, como instrumento de conquista e expansão, como resultado de rompimento de acordos, como expressão de convicções, a política da guerra em Maquiavel como sentimento de intolerância, ambição, opressão, entre outras representações, é lógico a ideia que existe a guerra na política, seja fria, ou de forma material. Essa ideia do autor merece para o governo assim como as Forças Armadas de Guiné-Bissau pensaram nesse tipo de política, em que os países com mais potência muitas das vezes atacam mais fracos para o seu interesse.

Essas ideias se relacionam com o Fiori (2015), aponta que nesse tipo de sistema, portanto, todos os poderes soberanos são e serão sempre expansivos, propondo-se em última instância a conquista de um poder cada vez mais global, até onde alcançam os seus recursos e suas possibilidades e, independente de quem os controle, em distintos momentos de sua própria expansão. Com base nesta lógica que Allebrandt, (2015), se refere que os processos de discussão, parte-se do entendimento de que a discussão ocorre em espaços públicos de argumentação e de busca do entendimento em um contexto cidadão. A objetividade de cada intervenção depende do mundo vivido de cada interventor na discussão para o bem coletivo, pois cada um tem um olhar sobre o mundo, ou seja, uma verdade. No entanto, no processo de exposição das ideias, cada participante passa a formar uma compreensão de suas realidades

(intersubjetividade), resultando em um processo de aprendizado, que tem como fim o aporte de soluções aos problemas discutidos e de suas justificativas quanto às escolhas feitas para poder atingir os objetivos almejadas.

Refletindo nas ideias desses grandes autores como Allebrandt (2015), finaliza, e conjugarmos com a realidade do debate, dá para perceber que o mundo atual está em constante conflito com estratégias políticas muito forte, por conta disso que, cada país precisa fortalecer politicamente, para o possível desentendimento entre vizinhos, em que a presidência, governo, partidos políticos e os tribunais, devem refletir profundamente para encontrar caminho certo para o desenvolvimento do país, juntamente organizar as Forças Armadas para melhor segurança.

## 7- METODOLOGIA

O estudo se enquadra na metodologia qualitativa, com o intuito de expor e buscar explicações teóricas e empíricas sobre o tema proposto e, identificar possíveis relações entre as variáveis. Para Becker (2014), essa pesquisa tenta observar como a sociedade funciona, descrever a realidade social e também responder às questões específicas sobre a realidade social. Nesta perspectiva, para realizar o presente trabalho, vislumbra-se em primeiro momento uma abordagem exploratória de caráter empírico na cidade de Bissau, concretamente no Estado Maior General das Forças Armadas. Para Minayo, (1993), o conhecimento científico é sempre uma busca de articulação entre uma teoria e a realidade empírica; o método qualitativo é o fio condutor para se formular esta articulação. Isto é, para uma perspectiva mais atual e amplo do papel das Forças Armadas no processo político democrático guineense, com intuito de analisar as contribuições ou não das Forças Armadas no processo de fortalecimento institucional e político da democracia na Guiné-Bissau, compreender os motivos pelas quais a classe política guineense e classe castrense tem se vivido em permanente conflito institucional. “O problema de pesquisa pode ser determinado por razões de ordem prática ou de ordem intelectual. Inúmeras razões de ordem prática podem conduzir à formulação de problemas” (GIL, 2002,p.24).

Será usada a tipologia de pesquisa qualitativa, através das realizações dos questionários e coleta de dados, dos grupos alvos, militares de classes subalternos (cabos, sargento) e praças, e os partidos políticos entre os anos (2014 a 2022). Um objetivo melhor que a densidade geralmente almejada por um pesquisador de campo, é a amplitude, tentando descobrir algo sobre todos tópicos que são abarcados pela pesquisa, mesmo que tangencialmente (BECKER, 2014, p.194). Assim torna-se essencial conhecer as impressões pessoais dos elementos deste estudo, a pesquisa está projetada por quatro (4) etapas de trabalho, sendo que a primeira: será o pedido de autorização para a realização do trabalho, segundo: a identificação e seleção dos participantes da pesquisa, terceiro: a realização de leitura e resumo das entrevistas, quarto e última: elaboração do trabalho final, e análise dos dados obtidos durante a pesquisa. O grupo alvo acima referido, iremos elaborar três (6) perguntas abertas para permitir os entrevistados/as expressarem e justificarem de forma mais a vontade e satisfatória suas respostas/opiniões com melhor segurança.

De igual modo, acionaremos outras possibilidades tanto de coleta quanto de análise que podem emergir durante o processo, a fim de viabilizar os resultados suficientemente convincentes para gerar mudanças na interpretação ou aplicação do resultado da pesquisa para a sociedade guineense.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEBRANDT, S. L., & AGOSTINI, C. (2015). **A democracia participativa e deliberativa e sua importância para qualificar o processo de planejamento do desenvolvimento regional**. Observando o planejamento regional no Rio Grande do Sul: uma análise da experiência recente dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). Santa Cruz do Sul: Edunisc, 35-48.

BARROS, M., & RIVERA, O. (2011). **A (re) construção do estado no contexto dos estados frágeis: o caso da Guiné-Bissau**. In II Congreso Internacional " Africa-Occidente": corresponsabilidad en el desarrollo (pp. 603-620). Universidad de Huelva

BARROSO, Luís Fernando Machado. **A Evolução Da CPLP Na Segurança E Desenvolvimento Do Continente Africano: A Relevância Do Instrumento Militar E O Papel de Portugal**. Revista Militar, n. 2503, p. 880-905, 2010.

BECKER, Howard S. **A epistemologia da pesquisa qualitativa**. Revista de Estudos Empíricos em Direito, v. 1, n. 2, 2014.

CARVALHO, Celisa dos Santos Pires de et al. **Guiné-Bissau: a instabilidade como regra**. 2014. Dissertação de Mestrado.

CARVALHO, R.. **O Que democracia? O processo de transição política guineense e a atuação das forças armadas na condução da política nacional (1994-2009)**. 2010.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de (2016). **Política externa e Estado frágil na Guiné-Bissau: crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais" CPLP & CEDEAO"(1973- 2014)**.

COELHO, M. F. P., & MENEZES, M. L. D. (2013). **A política da guerra em Maquiavel**. Conselho da Revolução, 1 de Abril de 1977. - **O Presidente do Conselho da Revolução, António Ramalho Eanes**.

CORDEIRO, Roberto Sousa. **Guiné-Bissau: entre as sombras do militarismo e da impunidade**. Disponível em Internet: <http://www.didinho.org/GUINEBISSAUENTREASSOMBRASEMILITARISMOEDAIMPUNIDADE.pdf> (última consulta 13 de junho de 2012).-Guiné-Bissau, v. 2005, 1973. AHL, Robert. La democracia. Postdata, n. 10, p. 00-00, 2004.

COSTA, Paulo António da. **Instabilidade política na Guiné-Bissau: Dimensões, causas e efeitos**. 2019. Dissertação de Mestrado.

DJALÓ, Mamadú. **Processo de democratização da Guiné-Bissau (1991-2019)**. 2020.

EDUARDO, Thales José Pitombeira. **Revisitando A Democracia: A Importância dos Partidos Políticos na (R) Evolução Social.** Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, v. 29, n. 2, 2013.

FIORI, José Luís. **O poder global: e a nova geopolítica das nações.** Boitempo Editorial, 2015.

GIL, Antonio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa.** Antonio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002 .

GOMES, Antonieta Rosa. **A Guiné-Bissau no processo de resolução do conflito de Casamansa.** 2016.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LOPES, Nelson. **As Forças Armadas num Estado em “Interrogação”.** 2011.

LUCAS, Rômulo Coutinho. **O Brasil e o exercício da dissuasão no contexto sul-americano: possibilidades e limitações.** 2020.

MARTINS, Raúl François. **O papel das Forças Armadas no Robustecimento dos Laços de Solidariedade Nacional.** Nação e Defesa, 1979.

M'BUNDE, Timóteo Saba. **Comportamento Partidário e Cíclica Interrupção da Democracia na Guiné-Bissau.** Almanaque de Ciência Política, v. 1, n. 2, p. 43-56, 2017.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade.** Editora Revista dos Tribunais, 1978.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?.** Cadernos de saúde pública, v. 9, p. 237-248, 1993. Revista Brasileira de Ciência Política, 127-153.

ROSA, PRS da; BANDEIRA, RA de M.; LEIRAS, Adriana. **O papel das forças armadas brasileiras em gestão de operações em desastres naturais com ênfase em logística humanitária.** XXVIII ANPET, 2014.

SANDER, G. V. (2008). **Democracia e partidos políticos.** Braz. J. Int'l L., 5, 21.

SANGREMAN, C., Sousa Jr, F. D., Zeverino, G., & Barros, M. (2006). **A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil.**

SIDDIQUE, Ashik. **The US Spends More on Its Military Than the Next 10 Countries Combined.** National Priorities Project, April, v. 30, 2020.

SOARES, Tiago Luís Rodrigues de Castro. **Desafios à paz na Guiné Bissau: o papel da etnicidade na reforma do setor de segurança.** 2013. Dissertação de Mestrado

TOURAINÉ, Alain; DE FREITAS TEIXEIRA, Guilherme João. **Que es la democracia?**. 1995.

VERSCHOORE, Jorge Renato; BALESTRIN, Alsones. **Ganhos competitivos das empresas em redes de cooperação**. Revista de Administração Eletrônica, v. 1, n. 1, p. 1-21, 2008.